



Comitê de Representantes

Aprovada na 1148ª sessão

ALADI/CR/Ata 1144
9 de maio de 2012
Horário: 10h12m às 11h02m

ATA DA 1144ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

Incorporação do Excelentíssimo senhor Embaixador Ruy Carlos Pereira
como Representante Permanente do Brasil.

Preside:

CASSIO VITALE MANUEL LUISELLI FERNÁNDEZ

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi, Gustavo Constantino García e Beatriz Vivas de Lezica, Sergio Luis Iaciuk, Victorio Tomás Carpintieri e Mariana Plaza (Argentina); Salvador Ric Riera e Jenny Encinas (Bolívia); Ruy Carlos Pereira, Otávio Brandelli, Silvana Peixoto Dunley, Roberto Goidanich, André Saboia Martins, Renato Pinheiro do Amaral Gurgel, Marcus Vinicius Ramalho e Henrique Choer Moraes (Brasil); Juan Eduardo Burgos Santander e Constanza Alegría Pacull (Chile); María Clara Isaza Merchán e Luz Marina Rivera (Colômbia); Carmen Zilia Pérez Mazón e Lisset Fernández García (Cuba); Emilio Rafael Izquierdo Miño, Gustavo Anda Sevilla e Adolfo Blum Montero (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández e Jorge Fernando Anaya González (México); Alejandro Hamed Franco, Raúl Cano Ricciardi, Elizabeth María Rojas Arteta e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); Aída García Naranjo Morales, Jorge Tello e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Ivannah Garelli Ruggia e Mario Américo Ferrari Bianchini (Uruguai); Julio Chirino Rodríguez, Luis Alejandro Sauce Navarro e Cecilio Crespo (Venezuela); Digna M. Donado (Panamá); Gladis Genua (CAF), Norberto Iannelli (SEGIB).

Secretário-Geral: Carlos Alvarez

Subsecretários: César Llona e Pablo Rabczuk

Convidados especiais: Carlos Alberto Simas Magalhães, Cônsul-Geral do Brasil em Montevideu; Jeferson Miola, Diretor do MERCOSUL; Severino Cunha Farias, Diretor Executivo do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro; Oswaldo Teixeira de Macedo, Conselheiro - Embaixada do Brasil no Uruguai; Simone Reperger, Diretora da Fundação Friedrich Ebert; Álvaro Padrón, Diretor de Projetos da Fundação Friedrich Ebert; Federico Gomensoro, Secretário Executivo do CEFIR; Alberto Volonté, Ex-Embaixador do Uruguai na República Argentina; Oscar Bottinelli, Diretor-Geral de FACTUM.

PRESIDENTE. Bom dia. Muito me compraz abrir esta 1144ª Sessão Extraordinária, na qual vamos incorporar a nosso Comitê de Representantes o Excelentíssimo senhor Embaixador Ruy Carlos Pereira como Representante Permanente do Brasil.

Dou as boas-vindas ao Embaixador Pereira, que tem um currículo não somente extenso, mas também intenso. É uma distinta carreira a serviço de seu país, a serviço do Brasil. Uma carreira feita no Itamaraty, mas também, quero enfatizar, servindo a outros Ministérios, com distinção, como demonstrado pelas medalhas e prêmios ao mérito que o honram muitíssimo.

É uma longa experiência, que se verterá aqui, nas nossas tarefas, e fará o debate e o diálogo do Comitê de Representantes mais rico e mais interessante. Devo dizer também que, além de sua longa trajetória a serviço da política exterior brasileira e do Governo do Brasil, ele conhece profundamente a ALADI, teve já uma presença nesta nossa Instituição e fez publicações técnicas sobre temas de integração e sobre temas da ALADI, isto é, conhece a ALADI, e isso é um ótimo auspício, um bom augúrio da gestão do Embaixador Pereira conosco.

Devo dizer que também tem condecorações de outros países que registram sua trajetória. Além disso, do distinto funcionário público, servidor público brasileiro, do diplomata do Itamaraty, tenho o prazer de dar as boas-vindas a um amigo querido. Desenvolvemos, felizmente, uma boa amizade, uma amizade vivaz, na qual abordamos muitos temas da América Latina, do México, do Brasil, e me honra muito receber aqui não somente o ilustre Embaixador, mas também o bom amigo Ruy Carlos.

Isso dito, ofereço a palavra ao Secretário-Geral, Carlos Chacho Alvarez.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Para mim é um prazer dar as boas-vindas a quem considero um amigo e uma grande personalidade do mundo diplomático, como o Embaixador Ruy Carlos Pereira. Quero cumprimentar também os convidados especiais, as autoridades do CEFIR, que são nossos amigos, da Fundação Friedrich Ebert, os convidados do mundo diplomático, os amigos do Embaixador Ruy Pereira.

E me somo, logicamente, às palavras do Presidente. Vamos ter um homem com um grande ímpeto, com uma grande vocação pela integração latino-americana, muito necessário é esse compromisso quase passional pela integração.

Ou seja, o Embaixador Ruy Pereira, à parte da trajetória diplomática, incorpora essa quota tão interessante de compromisso passional com os temas de integração. Penso que isso será uma grande contribuição na dinâmica da ALADI, e penso que todos estamos comprazidos em receber uma personalidade com este currículo, como assinalou Cassio Luiselli. Certamente a presença do novo Embaixador do Brasil frente à ALADI ajudará a tonificar e a dar um impulso também renovador a esta Associação.

Quero agradecer pela presença de todos os senhores, a Embaixadora do Panamá, Digna Donado, lamentavelmente falta apenas um mínimo trâmite para que esteja conosco como membro pleno. Agradecemos pela presença de Gladis Genua, da Corporação Andina de Fomento, a CAF também. Este é um âmbito que me parece sumamente interessante para receber um Embaixador das características de Ruy Pereira. Bem-vindo, Embaixador, e muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Agora ofereço a palavra ao senhor Embaixador Ruy Carlos Pereira, por favor.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Minhas primeiras palavras são de reiterado agradecimento à Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff, e ao Chanceler Antonio Patriota, pela grande honra da confiança que em mim depositaram ao trazer-me a esta nobre e alta função de Representante Permanente do Brasil junto ao MERCOSUL e à ALADI. Para isso, contei com a aprovação do Senado Federal, tal como determina a Constituição do meu País, o que confere legitimidade acrescida, porque democrática, ao exercício das responsabilidades de Chefia desta Missão Diplomática do Brasil em Montevidéu.

Coincidência ou não, nos anos 80 fui Chefe da então Divisão Econômica Latino-Americana do Itamaraty, unidade da estrutura da Chancelaria brasileira a se ocupar específica e exclusivamente da integração regional; também me coube exercer as funções de Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Assuntos da ALADI, instância de diálogo e coordenação do Governo com a sociedade civil organizada a respeito das iniciativas e da política do Brasil para esta Associação. Já no início dos anos 90, vivi pela primeira vez na capital dos orientais, amável e acolhedora cidade, habitada por gente cordata e valorosa. Desempenhei então as funções de Conselheiro na Delegação Permanente que, hoje, vinte anos depois, tenho o orgulho de assumir. Naquela época, meu Chefe aqui em Montevidéu, o Amigo Embaixador Jerônimo Moscardo, insistia em que, algum dia, eu estaria sentado nesta cadeira, neste Comitê, em nome do Brasil. E eu nele não acreditava. Pois aqui estou.

Em 1991, participei do processo de gestação do MERCOSUL, na medida em que trabalhei na etapa final da negociação do Acordo de Complementação Econômica nº 18, o ACE 18, instrumento que abrigou o programa de desgravação tarifária do Tratado de Assunção sob a cobertura jurídica do Tratado de Montevidéu-1980, sem o que não teria sido possível implementá-lo à luz das normas multilaterais de comércio.

Nunca deixei de acompanhar, com especial interesse, os temas relacionados com a integração dos nossos países, mesmo quando o serviço diplomático do Brasil me convocou para funções permanentes em Madri e em Paris, em Lima e em Buenos Aires, ou ainda em Brasília. Continuo a ser um fervoroso entusiasta do processo de integração regional, e do MERCOSUL em particular.

É, portanto, com grande disposição, e com sentido claro de missão e de compromisso com a materialização dos altos objetivos do Tratado de Montevidéu, que me somo aos trabalhos deste Comitê.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, colegas Representantes Permanentes,

O Brasil reconhece, e defende, a imensa contribuição e o extraordinário patrimônio que a ALADI representa para a integração regional, fato que é inegável quando se tem presente o incremento continuado do comércio entre nossos países.

Recordo algumas cifras eloquentes: o comércio intra-ALADI, em 2011, foi de US\$ 153 bilhões de dólares, 22% acima dos US\$ 125 bilhões de 2010, em plena crise econômico-financeira internacional; 77% do valor do comércio intra-regional se fez, em 2010, ao amparo de acordos da ALADI; e 73% das preferências intrazona já é de 100%. No caso do Brasil, 86% das exportações para a região apoiaram-se nas preferências tarifárias negociadas nesta mesa. Esses números certamente respondem por muito do interesse que a Associação suscita: com a recente incorporação do Panamá e a iminência da adesão da Nicarágua, em breve já seremos 14 países membros. Esta sala começa a ficar pequena para acolher-nos, o que é bom e deve ser saudado e estimulado.

É real, portanto, que a ALADI avança na direção do mercado comum latino-americano que a nossa carta fundacional, o Tratado de Montevidéu-1980, estatui como o objetivo de longo prazo da Associação. A cada passo que damos, não obstante, não devemos esquecer que o Tratado estabeleceu que esse objetivo de longo prazo, a ser atingido de forma gradual e progressiva, é parte do processo de desenvolvimento econômico-social, harmônico e equilibrado, da região. Ou seja, e para maior clareza, devemos ter sempre presente que o mercado comum será

resultado do processo de desenvolvimento, e não o inverso. E aqui, a ordem dos fatores, sim, faz a diferença.

Como Representante Permanente do Brasil, não posso me furtar a priorizar a dimensão mais ampla da integração, para além do comércio. Assim o determina o artigo 4º da Constituição da República, e cito, "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações" (fim da citação). Animado e orientado por esse mandamento constitucional é que, com empenho e sem descanso, conduzirei a minha Delegação no cumprimento das instruções do Chanceler Antonio Patriota para implementar a política externa do Governo da Presidenta Dilma Rousseff

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, caros colegas Representantes Permanentes,

Permitam-me comentar a dimensão tradicional da ALADI, ou seja, as negociações entre os países-membros, realizadas sob o TM80, que conduzem ao aprofundamento e à ampliação da integração comercial; e também as tarefas desempenhadas pela Secretaria-Geral, que são instrumentais e indispensáveis para o avanço do processo de integração, como é o caso da elaboração de estatísticas consistentes e atualizadas; o registro de acordos e protocolos adicionais; a informação periódica à Organização Mundial de Comércio sobre a assinatura de novos acordos no âmbito da Associação; e a gestão da certificação de origem sob o TM80 – certificação que, no mais breve prazo possível, espera o Brasil que se poderá realizar em meio digital.

O Brasil, Senhor Secretário-Geral, continuará a emprestar seu mais firme apoio a essas e a outras atividades da Secretaria-Geral, porque elas representam, a nosso juízo, o núcleo duro da Associação. Sem o cumprimento delas, não é possível fazer integração à sombra benigna do TM80.

Tampouco o é sem a contínua atualização da Nomenclatura Aduaneira da ALADI-Sistema Harmonizado, a NALADI-SH, ou NALADISA, na abreviatura em espanhol. Como sabemos, na medida em que a Organização Mundial de Alfândegas introduziu modificações no Sistema Harmonizado, a ALADI foi ajustando a NALADI, registrando-se as versões de 1992, de 1996 e a de 2002; atualmente, subsistem acordos em NALADI/NCCA e nas três versões atualizadas da NALADI-SH. A transposição da nossa nomenclatura aduaneira para versões atualizadas vem sendo feita gradativamente, na medida em que são assinados os Protocolos de Adequação dos Acordos. É urgente e indispensável assinar os Protocolos de Adequação faltantes, pois a situação atual de convivência de tantas versões diferentes da NALADI é contraproducente para a consistência das estatísticas de comércio, acarreta custos operacionais adicionais desnecessários para os operadores do comércio, e conspira contra a percepção geral de seriedade e utilidade que todos desejamos para esta Associação e para seus instrumentos.

Os dados de comércio que mencionei demonstram que os países-membros da ALADI sabemos valer-nos do TM80 para avançar na integração comercial. Entretanto, eles também apontam que há espaço não só para estimular o uso de preferências já existentes – sobretudo por parte dos PMDERs - , mas também para ampliar ainda mais as reduções tarifárias. Devemos, e podemos, ao mesmo tempo alargar a rede de acordos de livre comércio entre nós e acelerar os cronogramas de liberalização comercial já acertados. Por outras palavras, o objetivo mais importante da Associação, no plano do comércio e ao nosso alcance imediato deve ser acelerar o passo para a constituição da área de livre comércio intrazona.

É necessário, no entanto, adotar uma atitude de sensatez e medida, que inspire iniciativas de conteúdo prático e que possam somar esforços, ao invés de dispersá-los. Integração não é o mesmo que homogeneização. Avançar na liberalização comercial não pode ser incompatível com a realidade exuberante e rica, vigorosa e dinâmica da diversidade dos modelos de desenvolvimento nacionais que temos e que julgamos mais adequados, cada um dos países-membros, para as nossas circunstâncias internas e para o momento histórico contemporâneo.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, caros Colegas Representantes Permanentes,

A importância e o papel central da ALADI na integração latino-americana estendem-se para além da negociação de preferências tarifárias, para além do comércio. Afinal, nenhum processo de integração na região conjuga, a um só tempo, a qualidade plural desta mesa; a extraordinária competência técnica e profissional dos funcionários da Secretaria-Geral, os quais saúdo, com louvor e entusiasmo, nesta oportunidade; e, sobretudo, a experiência prática que viemos acumulando há mais de 50 anos. Não me canso de reiterar que é aqui, na ALADI e em Montevideu, onde aprendemos a fazer integração – e continuamos a fazê-lo, todo dia. Nesse sentido, a ALADI e, antes dela, a ALALC, são o verdadeiro berço dessa ideia-força que hoje a todos nos galvaniza, a todos nos estimula, a todos nos compromete e empenha.

Essas credenciais ímpares tornam possível e oportuno que a ALADI exercite uma capacidade até agora pouco explorada: a reflexão sobre o papel da América do Sul, da América Latina no cenário internacional presente e as nossas habilidades e oportunidades para converter tais reflexões em ações prospectivas que nos acautelem contra as armadilhas do futuro e nos ampliem as visões para moldá-lo, para construí-lo segundo nossas possibilidades e conforme os nossos interesses comuns.

Tenho claro que o Secretário-Geral coincide com essa percepção, ao promover iniciativas como o Observatório sobre as relações entre a América Latina e a Ásia-Pacífico, e eventos como o recente seminário sobre a importância da China para a região, quando pudemos beneficiar-nos da sabedoria e do conhecimento – vivido, ademais – do nosso estimado Presidente, o Representante Permanente do México, Embaixador Cassio Luiselli.

É, com efeito, oportuna a discussão sobre o significado da presença crescente e variada da China na região. Em 2010, segundo a CEPAL, a China foi o terceiro principal investidor entre nós, com US\$ 15 bilhões. Em 2010 e em 2011, a China foi a segunda principal origem das nossas importações – ainda atrás dos Estados Unidos, mas já na frente da União Europeia. Nesses dois anos, figurou também como terceiro principal destino das nossas exportações para o resto do mundo. Mas a China não resume a Ásia-Pacífico. Recordou-me noutro dia o nosso Presidente a relevância da Índia; e se pode agregar, entre outros, a Indonésia. Pensar o futuro, como propõe o Secretário-Geral, é indissociável de bem construir o presente.

O nosso presente está ainda perturbado pelas turbulências que acometem as chamadas "moedas de reserva internacionais" - o "tsunami monetário", como tem sido alertado pela Presidenta Dilma Rousseff. Daí o renovado interesse que devem merecer os mecanismos regionais de pagamento.

Proponho trabalharmos pela ampliação, modernização e aperfeiçoamento do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, o CCR. O CCR tem permitido aos seus países signatários economizarem bilhões de dólares anuais nos pagamentos das

importações, o que, na prática, contribui para maior resistência das economias nacionais aos impactos da crise internacional. Podemos ousar mais, e tratar da transformação do CCR em verdadeiro instrumento de apoio financeiro a projetos de desenvolvimento regional. O Banco Central do Brasil contempla essa hipótese. Nessa mesma linha do aperfeiçoamento do CCR, devemos revisitar, com sentido de urgência, a importância da adesão da Nicarágua ao Convênio. Esse é tema que deveria merecer atenção especial do Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários, ainda em 2012.

É urgente e necessário ampliar a nossa capacidade própria de financiamento ao desenvolvimento, a projetos de infraestrutura física e outros que contribuam efetivamente para a interconexão de nossas plataformas produtivas, para a elevação da nossa competitividade internacional, para a articulação dos nossos espaços territoriais e das nossas estruturas econômicas, sociais, científicas, tecnológicas, culturais e de inovação. A iminente entrada em operação do Banco do Sul, combinada às atividades exemplares da Corporação Andina de Fomento e às perspectivas animadoras de um CCR renovado, ao lado das operações dos bancos nacionais de desenvolvimento, são todas perspectivas auspiciosas, que devemos explorar e alargar.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, caros colegas Representantes Permanentes,

Já nos encontramos, a essa altura das minhas palavras, na dimensão econômica da integração, para além do comércio.

Nesse campo, um dos obstáculos mais resistentes ao avanço da integração são os desequilíbrios de toda ordem entre os nossos países, em especial os relacionados aos países de menor desenvolvimento econômico relativo – PMDERs. A persistência desses desequilíbrios limita a nossa capacidade conjunta de aprofundar o processo de integração e, em última análise, acaba por condicionar, para menos, a velocidade do nosso avanço. É urgente e prioritário dar curso a iniciativas em favor dos PMDERs e das suas pequenas e médias empresas no contexto da Resolução 390 deste Comitê, adotada em 14 de dezembro passado.

A prioridade renovada à atenção para com os PMDERs deve ser acompanhada de outros focos para nossas análises, deliberações e, principalmente, ações. Refiro-me a temas que dizem respeito seja à própria medula dos nossos aparelhos produtivos nacionais e às possibilidades de sua interconexão, seja às novas tendências que se vão detectando no cenário internacional, na medida da persistência da crise econômico-financeira das grandes potências do Norte e da incessante emergência dos nossos países como polos dinâmicos do mundo. Recordo, a propósito, assuntos que nos foram propostos pelo nosso Presidente e pelo Secretário-Geral: meios alternativos de pagamentos (o próprio CCR, o Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos - SUCRE, o sistema de pagamentos em moeda local que utilizamos o Brasil e a Argentina e que estamos por implantar com o Uruguai, por exemplo); o papel e a importância centrais das pequenas e médias empresas nas nossas economias e sociedades; as iniciativas de interconexão da infraestrutura física – sem o que não se irá muito longe na integração; a agricultura familiar; as novas tendências e fluxos do comércio extra-regional. Minha Delegação está pronta para participar dos debates e decisões sobre iniciativas da ALADI também nesses campos, entre outros.

O Brasil tem certeza, Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, caros colegas Representantes Permanentes, que a América Latina ostenta, hoje, credenciais de

sobra em cada país para, numa perspectiva regional, ir abrindo caminho para realizar, com o nosso empenho coletivo, a integração profunda e forte que todos almejamos. No passado, ficamos demasiado tempo presos a visões importadas que nos doutrinavam e distraíam no sentido oposto, no sentido da desintegração, e que, na atualidade, provam o amargor das mesmas receitas que nos prescreviam. É uma autêntica mudança de paradigma.

Permitam-me repetir, a esse propósito, as palavras da Presidenta Dilma Rousseff na cerimônia de formatura da Turma 2010-2012 do Instituto Rio Branco do Itamaraty, a academia diplomática do Brasil, no passado dia 20 de abril (e cito): "... nós provamos que no Brasil, e não era só no Brasil, algo que era de uma certa forma uma visão distorcida e muito especializada para países em desenvolvimento, que não era possível crescer e distribuir renda. Nós rompemos com isso. O grande respeito que nós temos é porque nós não governamos sem olhar o nosso povo. Um país que deixa seu povo à margem do seu desenvolvimento e do seu crescimento não é respeitado por ninguém. Nós temos a nossa capacidade de produzir respeito, porque produzimos antes melhorias econômicas e sociais" (fim de citação).

Essa é a experiência mais importante que América Latina exhibe ao mundo hoje em dia - a do crescimento com inclusão social, no império da lei e com respeito aos direitos humanos. É imperativo, na visão do Brasil, que essa valiosa experiência impregne também as atividades da ALADI e a agenda da integração regional.

Temos de criar as condições para que nossos povos possam beneficiar-se concretamente, todo dia, da integração. A prevalência da democracia que impera felizmente (e nunca será pouco recordá-lo), na região, combinada à afirmação das nossas sociedades civis no empenho de usufruir verdadeiramente dos seus direitos constitucionais, configura finalmente o momento de incluirmos também a cidadania no projeto de integração. Temos que atender a essa responsabilidade histórica.

Chegou a hora de conduzirmos a Associação para a construção da cidadania regional. É indispensável, e inadiável, dar um rosto, uma carteira de identidade para a integração. E será o rosto das nossas gentes, dos nossos povos, irmanados na diversidade rica da nossa cultura, das nossas origens, das nossas histórias. Esse é o cimento que nos unirá indissolavelmente.

Nesse processo desafiador, porém inadiável, da construção da cidadania regional como raiz e fruto da integração, há um debate que falta ser incorporado à agenda da ALADI: a circulação de nossos nacionais pela região. Acho fundamental que nos debruçemos sobre esse tema.

Não estou propondo simplesmente copiar a experiência de outras latitudes extra-regionais, inclusive porque, lá mesmo, vem sofrendo retrocessos surpreendentes e completamente inesperados. A sugestão é trabalharmos com vistas a adotar medidas, com a necessária e recomendada flexibilidade, para facilitar e ampliar gradualmente, com segurança, a circulação dos nossos cidadãos entre os nossos territórios. O TM80 prevê formatos jurídicos para acomodar entendimentos sobre esse assunto. Não se cumprirá com o objetivo central do art. 1º do TM80 se não trabalharmos para definir regimes de facilitação, não só do comércio, mas também da circulação das pessoas.

Creio ainda que a ALADI deve abrir largamente suas portas para as forças sociais vivas e dinâmicas da região a fim de gerar reflexão mais plural e ampla sobre os rumos, as características, os instrumentos e o conteúdo da integração. Reconheço o caminho, e é longo, que já percorremos desde 1980 nessa trajetória: a existência de foros como o Conselho Assessor Trabalhista e o seu homólogo empresarial permitem-

nos janelas de diálogo válidas e que deveríamos aproveitar melhor. A sugestão é expor constantemente os nossos trabalhos ao escrutínio da sociedade civil, é convidar seus líderes para, a exemplo do que fizemos recentemente com os Ministros de Comércio, participarem de seminários sobre sua visão, seus objetivos, suas prioridades e, sobretudo, suas contribuições, em cada país e no plano regional, para o avanço da integração da América Latina. Há uma lacuna nesse sentido, que devemos sanar, e com sentido de urgência.

Proponho que a ALADI aprofunde a integração nas áreas científica e tecnológica, social, cultural e educacional. Um passo correto nessa direção é concluir rapidamente a atualização do Acordo Regional nº 7. Poderemos, assim, facilitar o acesso ao conhecimento por parte de nossos povos, estimular a indústria cultural na região, qualificar intelectualmente nossos cidadãos e incrementar nossas bases produtivas pela maior difusão do conhecimento científico e tecnológico e pelo estímulo daí decorrente à inovação, à criatividade dos nossos povos. Esta é a chave do êxito no século XXI.

Deixo constância de um ponto que me parece importante entre as credenciais da ALADI como promotora da integração com inclusão social: o interesse em que o Haiti junte-se a nós, torne-se membro da ALADI. Recordo que adotamos, neste Comitê, em 10 de fevereiro de 2010, a propósito da assistência internacional àquele país em razão das nefastas consequências do devastador terremoto que o atingiu em fevereiro daquele ano, a Resolução 361, que se refere ao convite para que o Haiti adira ao TM80 e manifesta a importância de que os países-membros "continuem e aprofundem medidas comerciais, financeiras e de investimento" em seu favor. A renovação expressa do convite de adesão é tema de interesse para nossa reflexão.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, caros colegas Representantes Permanentes,

Fiz menção aos êxitos logrados na ALADI e a caminhos que, com olhar voltado para o futuro, a Associação poderia explorar com mais proveito. Há ainda um conjunto de temas que gostaria de comentar, pois nos têm ocupado nos últimos anos e que, de um modo ou de outro, não avançam.

Entrariam nessa categoria, por exemplo, as discussões sobre serviços e as diversas modalidades de normas e disciplinas embutidas nos projetos de regimes regionais atualmente em negociação. A incorporação desses temas à agenda da Associação é positiva, e em alguns casos, mais do que isso, ela é necessária. Devemos, no entanto, ser muito cuidadosos. A incorporação de maneira multilateral, rígida e excessivamente ambiciosa poderá representar não um avanço, mas um retrocesso. Porque a falta de flexibilidade pode facilmente levar ao impasse. E, convém recordar, foi isso que extinguiu a ALALC. Assim, tenhamos sempre presente a flexibilidade que foi tão cara, com toda razão, aos negociadores do TM80.

Gostaria também de aludir, antes de concluir essas palavras que já se vão alongando mais do que deveriam, a três assuntos pontuais que devem merecer nossa maior atenção.

Início pelo financiamento da participação de delegados governamentais em reuniões da Associação, questão que parece menor, mas que vem aumentando seu peso sobre o orçamento da ALADI de maneira veloz e que preocupa. Recordo que, nos últimos dois orçamentos anuais, o valor dessa rubrica aumentou de 84 mil dólares para mais de 370 mil dólares, enquanto destinamos, para o corrente ano e por exemplo, 204 mil dólares à implementação do sistema de apoio aos PMDERs.

Refiro-me também à necessidade de um adequado planejamento de reuniões e da oportuna circulação de documentos de trabalho, com tempo suficiente para que as delegações possamos atuar munidas das instruções necessárias de suas capitais. Apenas para ficar num exemplo: a pedido da Delegação do Brasil, o Comitê de Representantes, em sua reunião de 9 de setembro de 2011, acordou que seriam elaborados calendários periódicos de reuniões dos Grupos de Trabalho; até o momento, essa prática não viu a luz do dia. Aliás, cabe dizer que, do nosso ponto de vista, a experiência de dois anos com a atual estrutura dos Grupos de Trabalho recomenda revisitar esse assunto.

O terceiro tema tem a ver com os acordos de cooperação firmados pela Secretaria-Geral. Contam-se 247 acordos do gênero, a grande maioria deles em vigor. Quero entender que esse elevado número revela o grande interesse que as atividades da ALADI despertam. Menciono, a propósito, o exemplo do recente acordo com a FAO. Justamente por isso, a sugestão é que os países-membros nos envolvamos mais com a elaboração, e até mesmo, se for o caso, com a implementação desses acordos, ao lado e em colaboração com a Secretaria-Geral.

A sintonia entre os países-membros e a Secretaria-Geral deve orientar também o debate a propósito da reestrutura da própria Secretaria-Geral, cujos estudos se encontram em curso, sempre com a perspectiva positiva de reforçar a ALADI e seu papel protagonista na região.

A maior colaboração entre a Secretaria-Geral e os países-membros encontra horizonte mais aberto porque temos a felicidade de contar com a visão de futuro e o vigor de um importante ator da integração, na pessoa do Secretário-Geral, meu querido Amigo "Chacho" Alvarez, personagem por todos conhecida e que dispensa maiores comentários.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, caros Colegas Representantes Permanentes,

Nos cinco anos e meio em que exerci as funções de Cônsul-Geral do Brasil em Montevidéu, desde 2006, consolidei minha convicção de que a integração só terá futuro sólido, duradouro e relevante se for percebida como fonte de benefícios reais e concretos, palpáveis, de alta visibilidade e de real utilidade para a vida cotidiana dos nossos milhões de concidadãos e concidadãs.

A ALADI só tem sentido para os nossos países e só terá a vida longa que todos desejamos se as pessoas comuns, nos quatro cantos dos nossos países, puderem dizer, com orgulho, que vivem melhor, que são mais felizes, que desfrutam de mais prosperidade e de mais oportunidades porque encontram, por todo lado, em tudo que fazem para si e suas famílias, mais e melhor integração. É este o sonho que temos que transformar em realidade. E é com esse propósito que me junto, em tudo que estiver ao alcance das minhas forças, para colaborar com os Senhores neste Comitê.

Muito obrigado.

- Aplausos

PRESIDENTE. Convido os senhores Representantes Permanentes para o registro fotográfico, por favor.

- Registra-se a fotografia com os Representantes Permanentes.

...Somente resta encerrar a sessão, brindar e depois retornar à sessão seguinte.

Muito obrigado a todos. Bem-vindo de novo, Ruy.
